

CONSTRUÇÃO OU INTERNALIZAÇÃO DE IDENTIDADES? REFLEXÕES SOBRE OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Auceia Matos Dourado¹

Maria Augusta Mundim Vargas²

RESUMO

O governo brasileiro instituiu em 2008, os Territórios de Cidadania como base de intervenção do Ministério de Desenvolvimento Agrário, visando o desenvolvimento dos territórios. Sergipe foi um dos estados pioneiros a implantar o planejamento com enfoque territorial. Nessa perspectiva o objetivo da nossa análise é verificar se há conformação dos Territórios de Cidadania com os processos construtivos das identidades territoriais e simbólicas do estado. O foco dessa análise são os assentamentos rurais de reforma agrária, entendendo esses assentamentos como territórios, com uma identidade social construída através da luta pela terra, dando origem a formas de resistência coletiva diante da opressão e da exclusão. Dentre os 186 assentamentos existentes em Sergipe elegemos um situado no Alto Sertão devido às especificidades das reivindicações iniciais frente ao governo e as características de sua identidade social de resistência. Entendendo que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado pelas relações de poder, o entrecruzamento das intervenções estatais com as representações internas do MST têm desvelado vários níveis de poder e multiterritorialidades.

Palavras-chave: território, resistência, identidade, assentamentos de reforma agrária.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia NPGeo/UFS. Bolsista CAPES.

² Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Geografia NPGeo/UFS.

INTRODUÇÃO

O conceito de território assume conotações diferentes em função dos processos históricos, sendo que cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas, podendo significar natureza e sociedade; economia; política; e cultura, *Idéia* e *matéria*, identidades e representações, apropriação, controle e poder.

A ocupação de um território, em se tratando de um assentamento de reforma agrária, pode-ser compreendido como um momento de vivência significativa e um momento de materialização das lutas pela posse da terra, que se processa a partir dos movimentos sociais. Nesse sentido, a compreensão desse território se dá a partir da territorialidade e da identidade, territorialidade que reflete multidimensionalidade do vivido territorial (RAFFESTIN, 1993).

Nesse novo território que se configura, propõe-se uma outra forma de organização do espaço e de organização social. Assim, partir da posse da terra, as famílias, adquirem novas orientações de suas práticas diárias, de trabalho, de relações internas, e de relações externas, ou seja, constroem um outro espaço, uma outra identidade. O sentido de pertencer e dar continuidade a uma trajetória que se inicia com o desejo de possuir um lugar de vida e de trabalho e que se materializa com a conquista da terra, ganha sentido quando uma nova territorialidade é construída, com seus próprios símbolos e suas próprias significações.

Essa identidade social é formada por um conjunto de características comuns com o qual grupos humanos se identificam e que se estabelece de acordo com as condições espaço-temporal em que o grupo esta inserido. A identidade que se inicia como um processo político e reivindicatório se redimensiona como territorialidade quando se estabelecem novas relações de produção, organização do assentamento e construção de um novo espaço de vida.

Desde modo, neste estudo pretende-se também refletir sobre a construção da identidade social nos assentamentos de reforma agrária, entendendo essa construção como um processo de caráter contextual e relacional.

TERRITÓRIOS E TERRITÓRIO

Para a compreensão do conceito de território é necessário, sobretudo clarificar que o mesmo foi elaborado, num contexto de organização do espaço, mudando no tempo e no espaço, conforme se transforma a sociedade, tendo em vista também que os conceitos têm um tempo e uma história, estando intimamente associado aos processos sociais e históricos de cada período.

“O conceito de território assume relevância na teoria política a partir do século XIV, juntamente com o de soberania do território nacional. O território é resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço tanto jurídico como cultural e economicamente” (SAQUET, 2007, 69).

É também sob esse aspecto, ligado a idéia de soberania nacional e de afirmação do Estado-Nação, tendo como marco histórico a unificação do Estado alemão, que Ratzel elabora o conceito de território, com o Estado como referência, com suas subdivisões e contradições internas. O território seria a expressão legal e moral, justificando-se a sua defesa, assim como a conquista de novos territórios.

As idéias Ratzelianas implicaram na configuração da geopolítica da época, já que afirmava que uma teoria de estado necessariamente teria que levar em consideração a questão do território, enquanto espaço vital, onde se reproduz um grupo social, considerando os recursos disponíveis. Em Ratzel, é no elo indissociável entre uma dimensão natural, física e uma dimensão política do espaço que o território se define (COSTA, 2004).

Segundo Sousa (2006), esse território que surge na tradicional Geografia Política, como espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) é apropriado, ocupado por um grupo social e essa ocupação é vista como algo gerador de raízes e identidade, pois o grupo não poderia mais ser compreendido sem seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria associado aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). Esse tipo de território sempre foi relacionado (num discurso ideológico) ao recorte do “território nacional”.

A palavra território tem sua significação ligada à idéia de apropriação, terra apropriada, sendo o uso social, seu elemento definidor, expressando a conjugação de um povo e de uma terra. Segundo Moraes (2002, p. 57) "... é a própria idéia de apropriação que qualifica uma porção da Terra como território. Essa "apropriação... implica a constante reavaliação das formas herdadas, atribuindo-lhes uma funcionalidade em face da organização social vigente" (p.54).

O conceito de território possui tradição em outras áreas de conhecimento, cada uma com um enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Assim o conceito possui uma polissemia intelectual em função das diferentes abordagens. Em relação à Geografia pode-se dizer que essa polissemia também existe e a categoria território é definida a partir de diversos argumentos e concepções (jurídico-políticos, culturais, econômicos, simbólicos, psicossociológicos...). As concepções, contudo não podem ser tomadas isoladamente, pois a idéia da construção do território é dinâmica, processual e relacional. Essa perspectiva de leitura do território sinaliza que o mesmo deve ser "(...) entendido como espaço geográfico para além de Estado-Nação ou de natureza (...)" (SAQUET, 2006, p. 83).

O território significa natureza e sociedade; economia; política; e cultura, *Idéia* e *matéria*, identidades e representações, apropriação, e controle (...). Isso significa a existência de interações *no* e *do* processo de territorialização, que envolve e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes (...). Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais.

O conceito de território quer sejam materialista ou idealista, quer atribuam um caráter absoluto ou relacional ao território deve-se levar em consideração necessidade compreensão e redimensionamento das relações de poder, relações estas que estão em toda a parte e em todos os níveis, desde a família até o Estado. Assim relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território. E são essas relações que cristalizam o território e as territorialidades. O território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço Geográfico (SAQUET, 2007).

Numa perspectiva histórica destaca-se, que a apropriação desse espaço traz também como elemento a valorização do espaço apreendido como processo histórico. “A constituição de um território é assim um processo cumulativo, a cada momento resultado e possibilidade, um contínuo em movimento” (MORAES, 2002, p.54), ou seja, cada território é produto da intervenção e do trabalho do homem sobre determinado espaço. O território inexistente enquanto realidade apenas natural, logo é imprescindível a existência de um grupo social que explora esse espaço (o território), sendo produzido historicamente.

A título de apresentação didática destaca-se três vertentes relacionadas a constituição e conformação dos territórios. A vertente política, em referência as relações espaço-poder em geral, ou jurídico-política com destaque para as relações espaço-poder institucionalizadas, onde o território é visto como um espaço controlado por determinado poder. O território seria o espaço apropriado pelo homem, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder em suas múltiplas dimensões, sendo um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais (RAFFESTIN, 1983).

Já a vertente cultural prioriza a dimensão simbólica e subjetiva. Território é visto como uma apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido. O vivido assim se configura nas práticas, ou seja, num conjunto de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares, sendo a dimensão simbólica e subjetiva responsável pela formação e visibilidade do território. A valorização dos aspectos culturais e identitários seria o diferencial para a compreensão das especificidades dos territórios e para assimilação desse território como espaço de referência cultural.

No que diz respeito aos aspectos econômicos e sua relação com a formação do território, destaca-se que a dimensão espacial das relações econômicas, concebendo o território como palco de disputas, embate entre classes sociais na relação capital-trabalho. Assim o movimento do território, se daria a partir de sua *apropriação* e de seu *uso* pelos agentes do capital. Esse uso imprimiria ao território um caráter de movimento e se constituiria num todo complexo, com relações complementares e conflitantes, onde o território seria sinônimo de recursos, da

relação capital-trabalho ou da divisão territorial do trabalho e o espaço geográfico, resultado da interação entre um sistema de objetos e um sistema de ação.

Corroborando com essa idéia Oliveira (2002, p. 74-75) destaca que o território constitui:

(...) produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *príus* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (...) a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. (...) Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital.

Se por um determinado tempo histórico o conceito de território trazia no seu bojo uma forte influência da matriz biológica ou com base na atuação do Estado-Nação, entendendo o território como suporte de recursos naturais e seu conceito, na atualidade vale-se abordagens relacionais-processuais, reconhecendo-se outros níveis de poder, os conflitos, a apropriação e dominação do espaço, enfim, o movimento histórico e multiescalar. Assim o conceito de território assume conotações diferentes em função dos processos históricos e das formas de organização social e política de cada momento histórico. Cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas (SAQUET, 2007).

O território é produzido espaço/temporalmente (temporários ou permanentes) pelo exercício do poder de um determinado grupo, um processo de apropriação ideológico-cultural. O espaço é transformado em território a partir da apropriação dos sujeitos, e essa apropriação se manifesta nas relações (sociais, políticas ou econômicas). A gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios vinculam-se a uma variedade de dimensões (física, econômica, simbólica, sociopolítica). Cada território é moldado a partir de condições e forças internas (dimensões) e externas (dinâmicas).

O sentido de apropriação de um espaço, o território, traz no seu bojo essas mediações. Nesse território se desdobram relações, se tecem histórias, ressignificadas pelas relações de poder, pois o poder é inerente às relações sociais (RAFFESTIN, 1983). Relações que são vividas, sentidas, percebidas e compreendidas diferentemente. Territórios e territorialidades são substantivados por relações, homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades...

Assim tomando o território como um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço Geográfico, entende-se que o processo de regionalização empreendido atualmente no Brasil, com a formação territórios rurais, segundo a SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) também se circunscreve na tentativa de promover uma ação integrada do poder público, com os chamados atores locais, objetivando a recuperação da dinâmica econômica e social do território, tendo os *Territórios de Identidade* como unidades-objeto das políticas públicas de desenvolvimento rural.

O programa *Territórios de Identidade* é um instrumento governamental que possui como princípios básicos a democratização das políticas públicas como a descentralização das decisões, a regionalização das ações e a co-responsabilidade na aplicação de recursos, e na execução e avaliação de projetos. Nesse sentido a abordagem territorial, na visão governamental, é vista como central para a construção de uma sociedade mais justa, com autonomia e capacidade de se autogovernar, produzindo um novo território e novas territorialidades.

SOBRE AS IDENTIDADES

A construção de um conceito coerente de identidade está intimamente ligada ao território. Hegel foi o primeiro a formular uma teoria sistemática sobre identidade, tendo como foco principal a análise a sociedade alemã, que passara por um processo de unificação do seu território. Na visão hegeliana, apesar do povo alemão possuir os

elementos necessários à construção do território, faltava ao mesmo a dimensão da identidade, apesar de haver relativa homogeneidade lingüística, cultural e religiosa.

Contra-pondo-se as idéias clássicas de identidade, desenvolvidas entre os séculos XVIII e XX, tendo a construção do Estado-nação como elemento principal, a noção de identidade nas Ciências Sociais atualmente procura privilegiar o contraste, a multiplicidade e a diferença, expressando a diversidade das relações e dos papéis sociais (modos de autopercepção), sendo essa identidade conceitualmente analisada sob diversos recortes (nacionais, sexuais, proletários, étnicos, religiosos).

Nessa perspectiva construtivista e processual das identidades e seguindo o ponto de vista dos atores sociais, Castells (2008, p. 22) define identidade como “(...) o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados”, podendo haver múltiplas identidades para determinado indivíduo ou ator coletivo. Castells (2008) ainda destaca que devido ao seu caráter processual

(...) a construção de identidades vale-se de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva (...) pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso (...). Esses (...) materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espaço (p.23).

Nesse sentido existe a necessidade de distinguir identidade dos diferentes papéis sociais que os indivíduos desempenham. Os papéis sociais são estabelecidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações sociais, que variam conforme a cultura e o tempo histórico. As identidades, por sua vez constituem fontes de significados para os próprios atores, construídas por meio de um processo de individualização e que servem para orientar seus comportamentos. Assim a construção da identidade relaciona-se ao processo de significação, pois são construídas a partir de representações que posicionam os sujeitos dentro de um grupo, dando sentido aquilo que são e o que podem ser. A identidade reafirma o sentido de pertencer a algo a qual no qual o sujeito está inserido e cria condições para a continuidade de uma trajetória.

O entendimento sobre o processo de construção de identidades perpassa necessariamente pela percepção do caráter contextual e relacional da mesma, tendo em vista que toda e qualquer identidade é construída, buscando-se compreender como, a partir de quê, por quem e para que isso acontece (CASTELLS, 2008). Em se tratando de identidades coletivas, as mesmas podem ser construídas a partir de instituições, onde esses atores internalizam essas idéias e constroem seus significados a partir dessa internalização. Para Almeida (2006, p. 15)

(...) a identidade social (coletiva), isto é pertencer (ou ser) identificado como grupo social é efetivada a partir do uso de um sistema de classificação. Nesse sistema são estabelecidos critérios nos quais um conjunto de características serve como instrumento de distinção do grupo, isto é, serve (*sic*) para definir que são aqueles que fazem parte (pertencem) e quem são aqueles que não fazem parte do grupo (não pertencem).

Na construção social da identidade marcada por relações de poder, Castells (2008) destaca-se três formas e origens de construção de identidades, a saber: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto.

A identidade legitimadora é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. Já a identidade de resistência é construída por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas/estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade. Em relação identidade de projetos os atores sociais utilizam-se de qualquer tipo de material cultural e a partir destes constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, buscando também a transformação da mesma.

A identidade tem sido tratada de diferentes maneiras em estudos de território, especialmente, como continuidades histórico-culturais, simbólicas, inerente à vida de um certo grupo social em um determinado lugar, sendo a conservação de elementos da forma de vida fundamentais para a reprodução dessa identidade. Contudo destaca-se que paulatinamente, elaboram-se abordagens que reconhecem a identidade como uma unidade transescalar, entre distintos sujeitos e lugares, unidos pelas relações (SAQUET, 2007).

Um elemento novo, na compreensão da identidade, é a preocupação com a definição de políticas e estratégias de desenvolvimento local (territorial), sendo que a identidade territorial pode ser potencializada nessa direção. Nesse sentido território, identidade e territorialidade são compreendidos para além da caracterização e explicação de dada situação territorial, pois possuem um caráter político-operativo.

Identidade também significa territorialidade ativa, como governança e organização para a conquista de autonomia num sistema local territorial. A identidade no contexto do *Programa Territórios de Identidade* é um elemento que orienta e ordena as estratégias de desenvolvimento e se manifesta como ação social e coletiva.

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

A formação dos assentamentos rurais no Brasil revela uma diversidade de processos sociais e de sujeitos envolvidos na trajetória de constituição desses espaços. Para além de representar a etapa final de uma longa jornada pela conquista da terra, a presença dos assentamentos significa a abertura de novos horizontes de vida e de trabalho para milhares de trabalhadores, privados das suas condições de sobrevivência.

Nesse sentido homens e mulheres na sua nova condição de assentados – e a partir de suas histórias de vida – retomam trajetórias interrompidas e laços familiares e estabelecem novos espaços de sociabilidade comunitária e novas situações de inserção econômica, política e social (LEITE *et al.*, 2009).

Diante dessa diversidade e da complexidade de situações em torno da formação dos assentamentos é necessário compreendê-los a partir de um olhar crítico, com o “um olhar Geográfico” compreendendo esses assentamentos como novos territórios, criados a partir da apropriação e produção do espaço Geográfico.

Assim os assentamentos não são apenas espaços naturais ou físicos, pois é apropriado por um grupo social, que explora esse território produzindo-o ao longo da

história. Enquanto espaço apropriado na dimensão da luta e da resistência, o assentamento representa o conflito de classe e a definição de novas relações de poder, sendo o resultado da luta pela terra, que se consolida com a conquista da terra.

De acordo com Sousa (2009)

(...) os assentamentos são a materialização das lutas pela posse da terra, que se processa a partir dos movimentos sociais e, posteriormente, de sua materialidade, expressa idéias e propósitos definidos permeados por relações de poder. A partir da posse da terra, as famílias, adquirem novas orientações de suas práticas diárias, de trabalho, de relações internas, e de relações externas (...) os assentamentos expressos como territórios traduzem a idéia que eles são um espaço definido e delimitado a partir das relações de poder.

Na luta pela terra, o espaço de luta e resistência é construído quando o Movimento traz a público a sua situação ao ocupar uma propriedade - um latifúndio. Conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização (FERNANDES, 1999).

Ainda na visão de Fernandes (2005, p.473) e tendo em vista a afirmação dos assentamentos como territórios apropriados a territorialização da luta pela terra é:

(...) o processo de expansão e ou multiplicação das áreas conquistadas pelos trabalhadores rurais (...) os latifúndios são territórios que estão sob o controle de grandes proprietários ou empresas. Os assentamentos rurais são territórios das famílias assentadas. Com a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais ocorre a desterritorialização do latifúndio e a territorialização do assentamento.

Na compreensão deste território, construído pelos assentamentos, deve-se destacar que a territorialidade e a identidade são elementos que compõem essa construção. Para Raffestin (1993, p. 158)

(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos homens de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

Os assentamentos constituídos, se transformam em território de vida e de trabalho e passam conformar múltiplas identidades que são construídas através do tempo e espaço. Nesse sentido alguns questionamentos surgem em se tratando dos assentamentos enquanto território de luta, vida e trabalho. Se toda a identidade é construída, quais são os elementos responsáveis pela construção da identidade num assentamento rural? Como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece? A identidade num assentamento é construída individualmente ou é resultado das instituições dominantes (MST)? Se ocorre a partir das instituições dominantes (MST), os atores internalizam essa identidade, construindo seu significado a partir dessa internalização? Quais os critérios que norteiam as noções de pertencimento ao local, construtores da identidade das famílias assentadas? Quais são as referências culturais para os assentados? Em quais os momentos essas referências são acionadas? Quais as implicações desta noção de pertencimento para a construção de sua identidade? Qual o papel da diversidade cultural na construção da identidade dos assentados, assim como, para o desenvolvimento do território em que estão inseridas estas famílias?

Quer seja produto direto de conflito aberto, quer seja resultado de desapropriações ou compra de terra, os assentamentos enquanto grupo social formado nas dimensões da luta pela terra e pela ideologia do próprio movimento que organiza e materializa essa luta, desenvolve uma identidade que é social, fenômeno sociocultural, empregado para a consciência de pertencer a um determinado grupo e a carga afetiva que esse pertencimento implica. Azevedo (2011, p.34) entende “a identidade social como um conjunto de características comuns com o qual grupos humanos se identificam” (...) e se estabelece “de acordo com as condições espaço-temporal em que o grupo esta inserido.”

Em relação ao estado de Sergipe, pode-se dizer que primeira e mais importante luta dos trabalhadores rurais no Estado de Sergipe, ocorreu na fazenda Barra da Onça localizado no município de Poço Redondo no Alto Sertão. Pode-se afirmar que a ocupação da Fazenda Barra da Onça, foi um marco no processo de reorganização das formas sociais no campo sergipano e do início da territorialização da luta pela terra no estado.

Organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, em setembro de 1985, dezenas de famílias ocuparam as terras da Barra da Onça. Essa ocupação teve também o apoio da Pastoral da Terra, dos sindicatos e da Igreja católica através da Diocese de Propriá. De acordo com Lopes (1996) a história da luta pela terra em Sergipe tem sido marcada, na maioria dos casos, pela violência, tanto por parte da polícia, em obediência á decisão judicial de reintegração de posse reclamada pelo dono da terra, quanto pelos jagunços contatados pelos próprios fazendeiros. A ocupação da Fazenda Barra da Onça, nesse sentido, também não fugiu a essa regra.

O projeto de assentamento (PA) Barra da Onça é considerado oficialmente o primeiro PA da reforma agrária no estado e hoje abriga 212 famílias de pequenos trabalhadores rurais. Cada família possui cerca de 33 hectares que trabalham que direta ou indiretamente com a produção de leite, além do cultivo de milho e feijão. Atualmente o PA se destaca principalmente em função da produção de leite, se seus derivados (queijo, iogurte), sendo hoje a principal atividade geradora de renda do assentamento. O leite produzido é beneficiado nas fábricas de beneficiamento de leite, dentre as quais a Laticínios União, criado a partir da iniciativa dos agricultores assentados e construído com recursos do Incra e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O Assentamento Barra da Onça como um território apropriado e conquistado na luta e na resistência, se constitui uma nova coletividade, marcada pela confluência de trajetórias individuais. Se no momento da luta, seus integrantes se viam e eram vistos em torno da identidade de sem-terra a conquista da terra inaugura um novo tempo, em que a condição de assentado traz à tona expectativas individuais no tocante a viver e produzir na terra (DA ROS, 2002). O assentamento nesse sentido é representativo dessa identidade, o sentido de pertencer e dar continuidade a uma trajetória que se inicia com o desejo de possuir um lugar de vida e de trabalho e se materializa com a conquista da terra, construindo um novo território.

Esse novo território para Raffestin (1993, p.59-60) “(...) é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Nesse sentido, o movimento de luta pela terra conquista esse trunfo, ou seja, essa fração do território

possibilitando uma territorialização dos camponeses para concretizar sua reprodução socioeconômica (ALVES, SILVEIRA, FERREIRA, 2007).

Com base na vivência coletiva, nas relações de pertencimento e de afirmação desse novo território, cria-se uma identidade de projetos, pois os sujeitos envolvidos no processo de luta constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, buscando também a transformação da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção ou a apropriação de um território se dá por meio do trabalho humano onde cada território é particular, apresentando múltiplas configurações e determinações através de aspectos econômicos, culturais, sociais, simbólicos etc. O território é demarcado pelo processo histórico de pessoas, grupos de pessoas ou uma coletividade no qual exercem um poder sobre essa área. (ALVES, SILVEIRA, FERREIRA, 2007).

Em se tratando de assentamentos de reforma agrária, organizados em territórios, o assentado ao conquistar o seu espaço, segundo Fernandes (1996) territorializa sua luta e cria uma identidade com o assentamento, não simplesmente porque se identificam com as pessoas que o compõe, mas porque se engajaram numa luta, cuja identidade comum era o estigma de ser “sem terra” e se transforma no sentido de pertencer e dar continuidade a uma trajetória que se inicia com o desejo de possuir um lugar de vida e de trabalho e se materializa com a conquista da terra.

Destaca-se que no caso específico o Assentamento Barra da Onça, que a partir da luta travada por trabalhadores que se encontravam numa situação de miséria, desvalorizados e estigmatizados pela lógica da dominação, construiu-se uma identidade de resistência e sobrevivência alicerçada em princípios de igualdade e de coletividade. Esse novo território citando Moreira e Targino (2007) é “(...) um território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Flomarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires; FERREIRA, Enéas Rente. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos da metade sul do Rio Grande do Sul. **Campo-território. Revista de Geografia Agrária**, v. 2, n. 4, p. 82-97, ago. 2007.

AZEVEDO, Jucicléa Medeiros de. **Culinário do Seridó**: um elemento da identidade territorial. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. UFRN. Natal. 2011.

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

COSTA, Rogério Haesbert da. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

DA ROS, César Augusto. O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo. **Ruralidades**, Rio de Janeiro, n.4, p. 1/50. out. 2002.

MEDEIROS, Leonildo Servolo de; LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera**, ano 10, n.10, Jan./Jun. 2007.

FERNANDES, Bernardo M. **MST**: formação e territorialização. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Territorialização da luta pela terra. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e história do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática: 1983.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUSA, Júnia Marise Matos de. **Do acampamento ao assentamento**: uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia. UFS. São Cristóvão. 2009.